



Entidade Adjudicante | Direção de Abastecimento

Número Processo Despesa | 3025006452

Procedimento | Concurso Público com Publicação no JOUE

Objeto do Contrato | Formação de Acordo Quadro Singular para fornecimento de Bebidas Alcoólicas para revenda nas Cantinas das Unidades Navais

CADERNO DE ENCARGOS

Despacho de Aprovação:

Aprovo, ao abrigo da competência subdelegada, conjugada com os artigos 36.º, 38.º e 40.º do CCP.

O Diretor de Abastecimento,

Luís Miguel Pereira Gonçalves
Comodoro

ÍNDICE

PARTE I – DO ACORDO QUADRO	2
CAPÍTULO I - Disposições Gerais.....	2
Artigo 1.º Definições	2
Artigo 2.º Objeto.....	2
Artigo 3.º Preço Base.....	3
Artigo 4.º Objeto dos contratos optativos subordinados ao Acordo-Quadro	3
Artigo 5.º Direito de opção.....	3
Artigo 6.º Preço do acordo quadro	3
CAPÍTULO II – CELEBRAÇÃO DO ACORDO QUADRO	4
Artigo 7.º Contratos de aquisição de bens	4
Artigo 8.º Duração e vigência do Acordo.....	4
Artigo 9.º Forma e documentos do contrato.....	4
PARTE II – Aquisições ao abrigo do Acordo Quadro	5
CAPÍTULO I - Obrigações da entidade selecionada	5
Artigo 10.º Adjudicação, operacionalização e celebração dos contratos optativos	5
Artigo 11.º Prazo de entrega	5
Artigo 12.º Local de entrega dos bens e cumprimento de formalidades	5
Artigo 13.º Obrigações principais do adjudicatário.....	6
Artigo 14.º Conformidade dos bens	6
Artigo 15.º Inspeção dos bens.....	7
Artigo 16.º Inconformidades ou discrepâncias.....	7
Artigo 17.º Receção dos bens	8
Artigo 18.º Aceitação dos bens	8
Artigo 19.º Rejeição dos fornecimentos	8
Artigo 20.º Fatura Eletrónica	8
Artigo 21.º Garantia dos bens.....	9
Artigo 22.º Dever de sigilo.....	9
CAPÍTULO II - Obrigações da Entidade Adjudicante	9
Artigo 23.º Preço Contratual dos Contratos Optativos	9
Artigo 24.º Condições de pagamento	10
Artigo 25.º Mora no pagamento.....	10
CAPÍTULO III – Penalidades Contratuais e Resolução	10
Artigo 26.º Penalidades contratuais	10
Artigo 27.º Força maior	11
Artigo 28.º Resolução por parte do contraente público.....	12
Artigo 29.º Resolução por parte do adjudicatário	12
PARTE III – Disposições Finais	12
Artigo 30.º Comunicações e notificações	12
Artigo 31.º Cessão da posição contratual e subcontratação	13
Artigo 32.º Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante	13
Artigo 33.º Fiscalização	14
Artigo 34.º Gestor do Contrato	14
Artigo 35.º Acesso às instalações.....	14
Artigo 36.º Proteção de dados	14
Artigo 37.º Foro competente.....	15
PARTE IV – CLÁUSULAS ESPECIAIS	15
Artigo 38.º Requisitos Técnicos.....	15
ANEXO A - EXTENSÃO DO FORNECIMENTO	16

PARTE I – Do Acordo Quadro

CAPÍTULO I - Disposições Gerais

Artigo 1.º | Definições

1. Para efeitos do presente Caderno de Encargos são adotadas as definições seguintes:
 - a. **Acordo-Quadro:** Contrato celebrado entre a Marinha Portuguesa e um cocontratante com vista a disciplinar relações contratuais futuras a estabelecer, ao longo de um determinado período, mediante a fixação antecipada dos respetivos termos;
 - b. **Contratos optativos:** Contratos a celebrar entre a Marinha Portuguesa e um cocontratante, nos termos e ao abrigo do presente Acordo-Quadro;
 - c. **Cocontratantes:** Os Adjudicatários do Acordo-Quadro e dos contratos a celebrar ao seu abrigo.

Artigo 2.º | Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no acordo quadro a outorgar com a entidade selecionada no âmbito do procedimento de Concurso Público com publicidade internacional, para a celebração de Acordo-Quadro Singular, para a aquisição de bebidas alcoólicas, destinados ao abastecimento de unidades navais em missão e disponibilização onerosa às guarnições, discriminados no anexo A, pelo Ministério da Defesa Nacional – Marinha – Direção de Abastecimento, doravante designado por contraente público.
2. O acordo quadro é singular, conforme possibilidade prevista nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 252.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), e terá por objeto a atribuição à Entidade Adjudicante do direito de opção de celebrar, com a entidade selecionada, múltiplos contratos optativos de aquisição de bens.
3. De acordo com o definido no n.º 1, do artigo 258.º do CCP, deverá adotar-se o procedimento de ajuste direto para a formação dos contratos a celebrar ao abrigo do presente Acordo-Quadro Singular.
4. Atendendo à natureza do procedimento subjacente aos contratos a celebrar, a entidade adjudicante não se obriga a contratar qualquer tipo de bens nem quantidades, mínimas ou máximas.
5. A indicação, no presente Caderno de Encargos, bem como na lista de bens a fornecer ao abrigo do Acordo Quadro a celebrar, de marcas comerciais ou industriais, de patentes ou modelos, ou de uma origem ou produção determinadas deve, sempre e sem exceção, ser interpretada como indicativa e ilustrativa das especificações dos bens a fornecer, sendo-lhe atribuído o significado do mesmo tipo ou equivalente.
6. O acordo quadro resultante do presente procedimento disciplinará as relações contratuais futuras a estabelecer entre o cocontratante e a Marinha.

Artigo 3.º | Preço Base

O preço especificado no Anexo A é definido como limiar máximo total dos artigos a fornecer, conforme quantidades e artigos indicados no referido anexo, no âmbito da execução do presente Acordo Quadro através da celebração dos contratos optativos a ele respeitantes, não podendo, em caso algum, ser excedido, sendo considerado como parâmetro base do preço contratual do Acordo-Quadro.

Artigo 4.º | Objeto dos contratos optativos subordinados ao Acordo-Quadro

1. Com a celebração do Acordo-Quadro, a entidade selecionada obriga-se a celebrar com a Entidade Adjudicante, os contratos de aquisição de bens (contratos optativos) que terão, cada um deles, por objeto a aquisição de bens, indicados no anexo A.

Artigo 5.º | Direito de opção

1. Conforme estipulado no artigo 1.º do presente Caderno de Encargos, com a celebração do Acordo Quadro, os cocontratantes atribuirão ao contraente público, o direito de vir a celebrar vários contratos de fornecimento de bens - contratos optativos - que terão, cada um deles, por objeto o fornecimento dos bens indicados no Anexo A.
2. Ficará na exclusiva disponibilidade da Entidade Adjudicante, exercer o direito de opção a que alude o artigo anterior e, com isso, determinar a conclusão dos contratos optativos.
3. A celebração de qualquer contrato optativo ao abrigo do acordo quadro constitui opção unilateral da Entidade Adjudicante, não ficando, por isso, obrigada à celebração de qualquer contrato, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 255.º do CCP.
4. O exercício do direito de opção que determinará a conclusão de cada contrato celebrado ao abrigo de acordo quadro, proceder-se-á por intermédio de procedimento de ajuste direto, nos termos do n.º 1 do artigo 258.º do CCP.

Artigo 6.º | Preço do acordo quadro

1. Com a celebração do acordo quadro, a entidade selecionada atribui à Entidade Adjudicante, o direito previsto no artigo anterior, título gratuito, razão pela qual o acordo quadro, por si só, não gera para a Entidade Adjudicante, a obrigação de pagar qualquer preço por via de tal atribuição
2. Os preços unitários que integram o âmbito do Acordo Quadro são os oferecidos pela entidade selecionada, na respetiva proposta de acordo com a lista de preços unitários, contantes do Anexo A.
3. O total dos contratos optativos, celebrados ao abrigo de cada Acordo Quadro em função do respetivo fornecimento, não poderá ultrapassar, o período máximo de execução contratual de 6 (seis) trimestres, os valores máximos nos seguintes termos:

Bebidas alcoólicas: **444.654,00€** (quatrocentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e quatro euros), valor ao qual acresce de IVA à taxa legal em vigor.

CAPÍTULO II – CELEBRAÇÃO DO ACORDO QUADRO

Artigo 7.º | Contratos de aquisição de bens

1. O acordo quadro será outorgado entre a Entidade Adjudicante e a entidade selecionada sobre cuja proposta tenha recaído a decisão de adjudicação, com referência ao previsto no Anexo A.
2. Nos contratos, o adjudicatário está vinculado aos preços unitários apresentados na proposta do Concurso Público Internacional e que constam do Acordo-Quadro, preços que se constituirão como preços máximos garantidos quanto a cada bem.

Artigo 8.º | Duração e vigência do Acordo

1. O presente Acordo-Quadro mantém-se em vigor pelo período de 6 (seis) trimestres, ou até à data em que o preço pago pelos bens fornecidos, ao abrigo dos contratos optativos celebrados ao abrigo do presente Acordo-Quadro, perfaça o valor máximo fixado, nos termos do n.º 3 do artigo 5.º.
2. O disposto no número anterior, não prejudica a possibilidade da Entidade Adjudicante, poder resolver o Acordo, nos termos previstos no artigo 28.º do presente Caderno de Encargos.
3. A Entidade Adjudicante poderá exercer o direito de opção, conforme estipulado no artigo 3.º do presente Caderno de Encargos, até ao último dia do prazo de vigência do Acordo-Quadro, ou até que seja atingido o limite de despesa que se encontra fixado no n.º 3 do artigo 5.º.

Artigo 9.º | Forma e documentos do contrato

1. O Acordo-Quadro é celebrado por escrito, sendo composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato de Acordo-Quadro a celebrar integrará os seguintes elementos:
 - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão a contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c. O Caderno de Encargos e respetivos anexos;
 - d. A proposta da entidade selecionada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
 - f. Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.
3. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos referidos no número anterior, prevalecem os documentos pela ordem pela qual ali se encontram indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 do presente artigo e o clausulado do Acordo-Quadro, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo Código.

5. O estabelecimento, na proposta, de termos ou condições não admitidas por este Caderno de Encargos e que não tenham sido detetadas em fase pré-contratual consideram-se não escritas e de nenhum efeito

PARTE II – Aquisições ao abrigo do Acordo Quadro

CAPÍTULO I - Obrigações da entidade selecionada

Artigo 10.º | Adjudicação, operacionalização e celebração dos contratos optativos

1. Os contratos optativos ao abrigo do presente Acordo-Quadro são adjudicados e celebrados através de procedimento de ajuste direto, sendo a sua concretização efetuada nos seguintes termos:
 - a. Quando haja lugar à dispensa de celebração de contrato escrito, uma vez identificada e quantificada a necessidade concreta, a entidade adjudicante procede ao envio da notificação da adjudicação com respetivo pedido de compra ao cocontratante;
 - b. Quando haja lugar à celebração de contrato escrito:
 - i. Identificada e quantificada a necessidade concreta, a entidade adjudicante procede à notificação do adjudicatário;
 - ii. A notificação conterá o ato de adjudicação ao abrigo do Acordo-Quadro e a minuta de contrato a celebrar, constituindo seus anexos o pedido de compra e respetivo mapa de quantidades com o descritivo dos bens;
 - iii. O adjudicatário terá um prazo de 3 dias úteis, a contar da data da notificação, para proceder à aceitação da minuta do contrato e comunicar à entidade adjudicante a confirmação dos bens a fornecer, seus preços unitários e totais.
 - iv. No prazo de 2 dias úteis após a comunicação do adjudicatário, a que se refere a alínea anterior, é celebrado o respetivo contrato.
2. Todas as comunicações a que se refere o presente artigo são realizadas por via eletrónica (e-mail), sendo o contrato celebrado e assinado por via digital.

Artigo 11.º | Prazo de entrega

O prazo para o cumprimento das obrigações contratuais resultantes dos contratos opcionais celebrados ao abrigo do Acordo, será o constante da proposta do adjudicatário, não podendo qualquer fornecimento ultrapassar até 72 horas sobre a data da notificação/envio do pedido de compra ou da outorga do contrato quando a ele haja lugar, a que se refere o n.º 1 do artigo 9.º.

Artigo 12.º | Local de entrega dos bens e cumprimento de formalidades

1. Os bens adquiridos ao abrigo de Acordo Quadro serão entregues na Base Naval de Lisboa - Unidade Naval identificada no Pedido de Compra.
2. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do Acordo Quadro e dos contratos optativos celebrados ao abrigo daquele, o seguinte:

3. Toda documentação que seja necessária para a boa e integral utilização daqueles, incluindo-se a documentação comprovativa do cumprimento das formalidades e exigências estabelecidas pelo Código dos Impostos Especiais de Consumo, em matéria de comercialização dos bens em apreço com isenção de imposto;
4. O não cumprimento do referido em 2. implicará a rejeição do material;
5. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato para o local de entrega são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 13.º | Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações:
 - a. Obrigação de fornecimento e entrega dos bens identificados na sua proposta e definidos nos termos do Anexo A do presente caderno de encargos, de acordo com o mapa de quantidades que for definido em cada contrato optativo;
 - b. Obrigação do cumprimento do prazo de entrega dos bens, nos termos do artigo 11.º;
 - c. Efetuar a entrega dos bens no local que for estabelecido aquando da celebração dos contratos optativos celebrados ao abrigo do Acordo-Quadro;
 - d. Garantir, prévia e sequentemente, que o fornecimento e entregas dos bens cumprem todos os pressupostos, requisitos, condições e procedimentos legalmente estabelecidos pelo Código dos Impostos Especiais de Consumo em matéria de fornecimento dos bens isentos daquele imposto e abrangidos pelo Acordo.
 - e. Obrigação de fornecer os bens objeto do Acordo-Quadro, em concordância com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no Anexo A e nos artigos do presente Caderno de Encargos;
 - f. Obrigação de manter a entidade adjudicante atualizada das contribuições perante a Segurança Social e as Finanças, através das respetivas declarações ou certidões, sem as quais não serão efetuados pagamentos;
 - g. Compromete-se a adotar medidas de não prejudicar significativamente os objetivos ambientais comunitários e nacionais na aceção do artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2020, em conformidade com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de "não prejudicar significativamente" (Comunicação da Comissão n.º 2021/C58/01).

Artigo 14.º | Conformidade dos bens

1. O adjudicatário obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto dos contratos optativos celebrados ao abrigo de Acordo com as características, especificações e requisitos técnicos.

2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, devem ser igualmente adequados às utilizações habitualmente dadas aos bens do mesmo tipo.
3. O adjudicatário é responsável, perante o contraente público, por qualquer discrepância dos bens objeto do contrato, que exista no momento em que os bens lhe são entregues.

Artigo 15.º | Inspeção dos bens

1. No momento da entrega dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, na proposta adjudicada e no contrato celebrado, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre os bens fornecidos, abrangendo a sua verificação, prazos de validade de consumo, selagem e aferição documental dos elementos referidos no n.º 2 do artigo 12.º, por elemento designado pelo contraente público, em face dos elementos constantes do contrato optativo celebrado.
3. Durante a fase da inspeção qualitativa, o adjudicatário deve prestar aos serviços competentes do contraente público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daquela inspeção, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
4. Quando a inspeção qualitativa for efetuada com recurso a serviços, contratados especificamente para esse efeito, os encargos daí decorrentes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 16.º | Inconformidades ou discrepâncias

1. No caso de a inspeção qualitativa indicada no artigo anterior não comprovar a total conformidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o contraente público deve informar, por escrito, o adjudicatário.
2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo contraente público, às substituições necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos anteriormente referidos.
3. Após a realização das substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, o contraente público procede à realização de nova inspeção qualitativa, nos termos do artigo anterior.
4. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades ou sanções previstas no presente contrato ou determinadas por lei, o cumprimento defeituoso do fornecimento de bens terá um efeito suspensivo sobre a faturação e sobre o pagamento até à total regularização da situação.

Artigo 17.º | Receção dos bens

1. Sem prejuízo do estabelecido no n.º 2 do artigo 12.º, os bens devem ser acompanhados de guia de remessa valorizada ou fatura com a indicação bem visível de:
 - a. Número do Processo de Despesa (NPD);
 - b. Número do Pedido de Compra (PC) ou do Contrato;
 - c. Número do Compromisso;
 - d. Número Nacional de Abastecimento (NNA/NSN), caso aplicável;
 - e. Morada;
 - f. IBAN e código SWIFT;
 - g. Endereço de Email;
 - h. NIPC ou VAT NUMBER.
2. As faturas deverão ser remetidas ao contraente público no prazo máximo de 5 dias úteis após a assinatura do auto de receção respetivo, de acordo com os art.º 7.º e 36.º do CIVA.

Artigo 18.º | Aceitação dos bens

1. Caso as inspeções a que se refere o artigo 15.º comprovem a total conformidade dos bens objeto do contrato com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, no momento da entrega dos bens, um auto de receção, assinado pelos representantes do adjudicatário e do contraente público.
2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia técnica que impendem sobre o adjudicatário.

Artigo 19.º | Rejeição dos fornecimentos

1. Os bens rejeitados são considerados para todos os efeitos como não entregues.
2. Estas rejeições serão alvo de notificação ao adjudicatário, sendo as remoções dos bens feitas por conta e risco do mesmo.
3. Passados 8 dias sobre a respetiva notificação, se os bens rejeitados continuarem nas instalações do contraente público sem serem removidos, entende-se que estes passam para sua posse como incapazes.

Artigo 20.º | Fatura Eletrónica

O adjudicatário deverá emitir faturas eletrónicas nos termos do estabelecido no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro e demais do normativo em vigor.

Artigo 21.º | Garantia dos bens

1. A garantia dos bens importa o compromisso de o adjudicatário se responsabilizar perante a entidade adjudicante, sem quaisquer encargos adicionais para este, de substituir e, ainda, de reembolsar o preço pago, no caso de este não corresponder às condições enumeradas na sua proposta.
2. Se por força da lei nada obstar em contrário, todas as obrigações descritas no presente contrato relativas à garantia dos bens são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 22.º | Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à atividade da Marinha, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução dos contratos optativos celebrados ao abrigo do Acordo-Quadro.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução contratual.

CAPÍTULO II - Obrigações da Entidade Adjudicante

Artigo 23.º | Preço Contratual dos Contratos Optativos

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do presente Acordo-Quadro, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o contraente público deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se aplicável, tendo por referência os mapas de quantidades estabelecidos em cada contrato optativo que vier a ser celebrado.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, a encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, bem como dos procedimentos e encargos administrativos no contexto das isenções fiscais que recaem sobre os bens.
3. Sem prejuízo do referido no número anterior, é da responsabilidade do adjudicatário o pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do contrato a celebrar.
4. O Acordo Quadro e respetivos contratos optativos a celebrar não serão objeto de negociação nem de revisão de preços, exceto em cumprimento de regimes imperativos legalmente previstos.

Artigo 24.º | Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos dos artigos anteriores, serão pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção pelo contraente público das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do documento de quitação respetivo.
3. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, no prazo de 8 (oito) dias, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, em igual prazo.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no ponto 1. do presente artigo, as faturas são pagas através de transferência bancária.
5. O adjudicatário não pode efetuar a transmissão de créditos ao abrigo de contratos de factoring ou proceder à cessão de créditos sem autorização expressa do contraente público.
6. Tratando-se de contrato sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, não serão efetuados quaisquer pagamentos antes da apresentação, pelo adjudicatário, do documento comprovativo do pagamento dos emolumentos do processo de obtenção do Visto.

Artigo 25.º | Mora no pagamento

1. O adjudicatário terá direito a juros de mora no pagamento das situações liquidadas e aprovadas, quando a mesma exceder 60 (sessenta) dias a contar da data da aprovação da fatura.
2. Se o atraso na realização de qualquer pagamento se prolongar por mais de 120 (cento e vinte) dias, o adjudicatário poderá proceder à resolução do contrato.
3. Os prazos referidos no presente artigo só iniciam a sua contagem após a emissão dos documentos mencionados no ponto 2 do artigo anterior, quando aplicável.
4. O atraso em um ou mais pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.

CAPÍTULO III – Penalidades Contratuais e Resolução

Artigo 26.º | Penalidades contratuais

1. Se o adjudicatário não cumprir de forma exata e pontual as obrigações contratuais ou parte delas por facto que lhe seja imputável, a entidade adjudicante notificará-lo-á para cumprir dentro de um prazo não superior a 2 dias, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou a entidade adjudicante tenha perdido o interesse na prestação.
2. Mantendo-se a situação de incumprimento após o decurso do prazo referido no número anterior, o contraente público pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

Para além de 1 (um) dia do prazo fixado no n.º 1, a penalidade será de 0,5‰, por cada dia de atraso.

3. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo de eventual e consequente resolução do contrato.
4. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.
5. As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Artigo 27.º | Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais, por tempo razoável, afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 28.º | Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do Acordo-Quadro previstos na lei, o contraente público pode resolver, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. Para efeitos do número anterior, considera-se violação de forma grave ou reiterada a não entrega em 4 (quatro) contratos optativos do material solicitado, dentro dos prazos definidos, pondo em causa o abastecimento da unidade naval.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público e sem prejuízo do respetivo direito de indemnização e do pagamento pela parte, e apenas pela parte, do Acordo-Quadro já executado pelo adjudicatário.

Artigo 29.º | Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante, que lhe seja devido, esteja em dívida há mais de 120 (cento e vinte) dias.
2. Nos casos previstos no ponto 1. do presente artigo, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a sua receção, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso durante esse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

PARTE III – Disposições Finais

Artigo 30.º | Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato ou para os endereços de correio eletrónicos indicados para o efeito nas cláusulas do contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, por escrito.
3. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

Artigo 31.º | Cessão da posição contratual e subcontratação

1. O Adjudicatário não pode ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização prévia da entidade adjudicante, e nos termos previsto no CCP.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, o adjudicatário deve:
 - a. Submeter um requerimento à entidade adjudicante a solicitar cessão da posição contratual, identificando o cessionário e as razões e respetivos fundamentos;
 - b. Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
 - c. A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.
3. O Adjudicatário não pode subcontratar ao abrigo do contrato celebrado sem autorização prévia da entidade adjudicante, e nos termos previsto no CCP.

Artigo 32.º | Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante

1. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante das suas obrigações, desde que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato que será indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial do procedimento, nos termos do artigo 318.º-A do CCP.
2. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.
3. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
4. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
5. Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.
6. As obrigações assumidas pelo cocontratante depois da notificação referida no n.º 4 apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.
7. A caução e as garantias prestadas pelo cocontratante inicial são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pelo contraente público aos respetivos depositários ou emitentes.

8. A posição contratual do cocontratante nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

Artigo 33.º | Fiscalização

1. Não obstante todos os direitos e deveres decorrentes do presente Caderno de Encargos o contraente público reveste-se dos poderes conferidos pelo artigo 302.º do CCP.
2. O poder de fiscalização será exercido através dos serviços competentes do contraente público.

Artigo 34.º | Gestor do Contrato

Nos termos do artigo 96.º, conjugado com o artigo 290.º-A do CCP, será designado um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

Artigo 35.º | Acesso às instalações

1. O adjudicatário e todas as pessoas que se encontrem ao seu serviço obrigam-se a observar as regras de segurança e de apresentação que, em cada momento, forem estabelecidas pela entidade adjudicante e comunicadas ao adjudicatário.
2. A entidade adjudicante indicará ao adjudicatário quais as normas de identificação do seu pessoal, bem como dos procedimentos adequados para o acesso e circulação deste.

Artigo 36.º | Proteção de dados

1. O Adjudicatário compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, designadamente:
 - a. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
 - b. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
 - c. Prestar à entidade adjudicante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, ao abrigo do contrato;
 - d. Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados;
 - e. Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por esta ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
 - f. Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais;

2. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

Artigo 37.º | Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, designadamente à sua interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato é competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

PARTE IV – Cláusulas Especiais

Artigo 38.º | Requisitos Técnicos

A Extensão de Fornecimento faz parte integrante do presente Caderno de Encargos, constando do Anexo A.

ANEXO A - Extensão do Fornecimento

A indicação, no presente Caderno de Encargos, bem como na lista de bens a fornecer ao abrigo do Acordo Quadro a celebrar, de marcas comerciais ou industriais, de patentes ou modelos, ou de uma origem ou produção determinadas deve, sempre e sem exceção, ser interpretada como indicativa e ilustrativa das especificações dos bens a fornecer, sendo-lhe atribuído o significado do mesmo tipo ou equivalente:

Artigo	Unidade de fornecimento	Preço total (S/IVA)
Bebidas alcoólicas, conforme discriminado no quadro infra	EA	444 654,00 €

Artigos - Bebidas alcoólicas

Designação comercial	Unidade	Quantidade
CERVEJA MINI SAGRES 0,25LT	EA	644 232
CERVEJA MINI SUPER BOCK 0,20LT	EA	48 600
CERVEJA MINI SUPER BOCK PRETA 0,20LT	EA	28 800